

**Parecer nº 51/98**

Data: 1998.05.13

Processo nº 376

**ASSUNTO:** Reclamação de indeferimento tácito.

**Reclamante:** Moisés de Jesus Ferreira Pires.

**Entidade reclamado:** General Comandante da Academia Militar.

**I - O Pedido**

Moisés de Jesus Ferreira Pires, identificado no processo, é pai do reclamante João Carlos Batista Ferreira Pires, ex-aluno da Academia Militar, que já apresentou à CADA uma reclamação do indeferimento tácito do General Comandante da Academia Militar, que deu origem ao Processo nº 312.

O ora reclamante, com autorização expressa de seu filho para acesso a eventuais documentos nominativos que a este respeitem, apresentou, em 9 de Março do ano corrente, ao abrigo da Lei 65/93, de 26 de Agosto (LADA), um requerimento em que solicitava certidões de documentos descriminados constantes do processo individual do referido ex-aluno.

Decorridos os 35 dias exigidos pelo nº 3 do artigo 15º para a formação do indeferimento tácito sem que qualquer resposta lhe tivesse sido dada, reclamou, em 30 de Abril, para o Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).

**II - Apreciação**

1. Alega o reclamante que do processo individual de seu filho constam elementos que se lhe tornam indispensáveis para prosseguir a carreira académica e que se

reflectem no agregado familiar com graves prejuízos pela situação de impasse que se verifica.

2. O requerimento apresentado ao General Comandante para acesso aos documentos nele identificados referentes ao seu filho dispensa o prévio parecer da CADA justificativo do interesse directo e pessoal invocado, nos termos do nº 3, visto que lhe foi junta a autorização escrita do próprio prevista na alínea a) do nº 4 do artigo 8º da LADA. Prevalecendo também essa autorização cuja fotocópia junta ao nosso processo, dispensamo-nos de apreciar o interesse directo e pessoal do reclamante no acesso aos documentos pedidos, que seria, aliás, de fácil fundamentação.
3. Os documentos em causa são documentos administrativos de acordo com a alínea a) do artigo 4º e classificáveis como nominativos por caberem na definição das alíneas b) e c) do mesmo artigo.

Como se disse já, o direito de acesso do terceiro que é reclamante, respeitados que são os pressupostos legais exigidos, é indiscutível, pois decorre dos princípios gerais de aplicação da LADA.

Algumas das certidões, v.g. as de informação curricular a que se refere o nº 2 do artigo 174º da Portaria 425/91 de 24 de Maio são, nos termos da LADA comunicáveis a qualquer terceiro que as requeira e sujeitas ao pagamento do custo respectivo determinado pelo Despacho Conjunto 280/97, de 30 de Agosto (cfr. DR II Série, de 30 de Agosto de 1997).

Como se disse no anterior parecer correspondente ao Processo 312, é insustentável a recusa do Comandante da Academia Militar com base na falta de pagamento da indemnização prevista no Regulamento da AM que é sustentado por outro diploma de carácter regulamentar - a Portaria 425/91, referida - e que não tem apoio em diploma também anterior com dignidade normativa de carácter inovador, isto é, Lei ou Decreto-Lei.

De facto, nem no DL 48/86 de 13 de Março, nem no DL 302/88, de 2 de Setembro, (que aprova o Estatuto da Academia Militar) se prevê, em abstracto ou em concreto, o pagamento da indemnização só referida no artigo 174º do Regulamento da AM.

O artigo 112º da Constituição, que define e hierarquiza os vários actos normativos, determina, nos nºs 6 e 7, a sujeição dos regulamentos às leis que eles devem regulamentar.

Não pode, portanto, sobrepor-se a exigência da indemnização prevista num regulamento ao cumprimento das determinações da Lei 65/93 sem violar a letra e o espírito das normas constitucionais referidas.

A estas considerações podem juntar-se ainda os argumentos colhidos nas regras de aplicação das leis no tempo estabelecidas pelo Código Civil, designadamente, nos artigos 7º e 12º.

### **III - Conclusão**

1. Face ao que sucintamente se expõe, o Reclamante tem o direito de acesso aos documentos, conforme requereu, por qualquer dos meios e nas condições previstas no artigo 12º da Lei 65/93, mediante o pagamento dos custos fixados pelo Despacho Conjunto nº 280/97 de 7 de Agosto publicado na II Série do DR de 30 de Agosto de 1997.
2. A recusa das certidões correspondentes à informação contida em documentos administrativos não pode fundar-se em razões que não sejam as que a Lei 65/93 permite invocar.
3. A falta do pagamento da indemnização que a Academia Militar pretende ser-lhe devida, não poderá impedir o exercício do direito de acesso geral aos documentos

administrativos consagrado na Constituição e na Lei, nem justificar o incumprimento do correlativo dever por parte da Administração.

4. Para pagamento da dívida procedente da indemnização prevista no Regulamento, a Academia Militar poderá arguir o faltoso em processo próprio, mas não poderá invocá-la para impedir o exercício de um direito autónomo constitucional e legalmente assegurado.

Para os devidos efeitos e nos termos do artigo 16º nº 2 da LADA, remeta-se a deliberação à entidade reclamada e ao reclamante, através do seu Advogado constituído.

Lisboa, 13 de Maio de 1998.

*Branca do Amaral* (Relatora) - *Narana Coissoró* - *Francisco de Brito* - *José Renato Gonçalves* - *Gameiro dos Santos* - *João Labescat* - *Castro Martins* (Presidente)